



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº. 016/77

SUMULA: FIXA O SISTEMA DE DIÁRIAS PARA INDENIZACÃO PELA DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E -
Encaminhe-se as Comissões ZACÃO PELA DESPESA DE ALIMENTAÇÃO E -
Competentes.- POUSADA PARA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Em 23 de maio de 1977. VO E PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS,
QUE SE DESLOCAREM DO MUNICÍPIO A SERVI-
Presidente VIÇO DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE E
Dá OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

Secretário.- A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ - ESTADO DO PARÁ
Ná DECRETOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica fixada, para o Chefe do Poder
Executivo Municipal e para os funcionários públicos municipais,
DIÁRIAS para indenização pelas despesas de alimentação e pousa-
das, quando se deslocarem do Município.

PARAGRAFO UNICO - Entende-se por "deslocar do
Município", somente quando o Chefe do Poder Executivo Municipal
ou funcionário público municipal, ausentarem-se da sede Muni-
pal, para a Capital do Estado ou à outras cidades de distâncias
equivalentes ou não, exclusivamente à serviço de interesse da Mu-
nicipalidade.

ARTIGO 2º - As despesas de locomoção serão efe-
tuadas por conta da Municipalidade.

ARTIGO 3º - O Chefe do Executivo Municipal ou
o funcionário público municipal, quando utilizarem, para sua lo-
comoção, veículo próprio, perceberão um adicional calculado na
forma da TABELA III anexa a presente Lei.

PARAGRAFO UNICO - O Poder Executivo não se res-
ponsabilizará por danos materiais ou mecânicos em veículos que -
não seja da Municipalidade.

ARTIGO 4º - Não se concederá DIÁRIAS, quando:

- a) - durante o período em que se mantiver em -
trânsito, não se fizer refeição alguma;
- b) - o deslocamento constituir, mesmo no decor-
rer do trânsito, permanência obrigatória no cargo ou função;
- c) - a permanência no local de deslocamento -
for por prazo inferior a 6 (seis) horas.

ARTIGO 5º - As DIÁRIAS serão concedidas adian-
tamente, mediante a apresentação pelo funcionário público munici-
pal designado, da:

- I - AUTORIZAÇÃO PARA O DESLOCAMENTO;
- II - ORDEM DE SERVIÇO.

PARAGRAFO 1º - A "autorização para o deslocamen-
to", será fornecida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

PARAGRAFO 2º - A "ordem de serviço", será for-
necida pelo Chefe de Gabinete, e na qual indicará:

- a) - Nome do funcionário designado;
- b) - Local para onde se deslocará;
- c) - O serviço a ser executado;
- d) - A duração do deslocamento;
- e) - Em razão do item "d", o número de diárias
a serem adiantadas.

PARAGRAFO 3º - Após estar, o funcionário públi-
co municipal, devidamente autorizado para o deslocamento, recebe-
rá do Tesoureiro Municipal o valor relativo aos números de diá-



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

FL. Nº. 2

CONTINUAÇÃO DA LEI Nº. 016/77

de diárias a serem adiantadas, mediante a entrega da nota de Empenho, legalmente processada.

PARAGRAFO 4º - O valor da DIÁRIA, obedecerá as **TABELAS I e II** anexas, e que serão revistas anualmente, se ocorrer **DECRETO FEDERAL** alterando os níveis salariais.

PARAGRAFO 5º - Será devida 50% (CINCOENTA POR CENTO) da DIÁRIA, quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas, e a distância do local do deslocamento e a natureza do - serviço não exigir pernoite do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do funcionário público municipal.

PARAGRAFO 6º - Será devida 30% (TRINTA POR CEN TO) da DIÁRIA, quando o afastamento do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do funcionário público municipal, for superior a 6 (Seis) horas e inferior a 12 (Doze) horas e tenham-se que fazer as principais refeições fora do Município.

PARAGRAFO 7º - O Chefe do Poder Executivo Municipal independêr de apresentação da Ordem de Serviço e de sua própria autorização para deslocamento, a não ser no caso previsto pela Lei Complementar nº 2 (Lei Orgânica dos Municípios) de 18.06.73 em seu **ARTIGO 71 - PARAGRAFO 2º**, quando dependerá da autorização da Câmara Municipal.

ARTIGO 6º - O funcionário público Municipal - que receber, indevidamente, alguma DIÁRIA a qual não tenha direito deverá, obrigatoriamente, devolvê-la de uma só vez na Tesouraria municipal.

PARAGRAFO UNICO - Além do disposto neste **ARTIGO**, o funcionário público municipal que receber DIÁRIA indevida, estará sujeito a punição disciplinar.

ARTIGO 7º - O funcionário público municipal ou o ordenador da "ORDEM DE SERVIÇO", que indevidamente autorizar o deslocamento, para efeito de pagamento de DIÁRIA com objetivos - de remunerar outros serviços ou encargos, ficará sujeito à :

I - Punição com pena de suspensão, na primeira infração;

II- Demissão, sem direitos indenizatórios, na reincidência.

PARAGRAFO UNICO - Além das penalidades previstas nos **ITENS I e II** deste **ARTIGO**, o funcionário público municipal ou o ordenador da "ORDEM DE SERVIÇO", ficará obrigado a recolher no Tesouro Municipal a importância devida, como "INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES".

ARTIGO 8º - Quando o Chefe do Poder Executivo Municipal ou o funcionário público municipal deslocarem-se para a Capital do Estado ou à cidades de distâncias equivalentes, o valor da DIÁRIA será fixada pela **TABELA I** anexa; e quando o deslocamento for para outras cidades, cujas distâncias sejam inferiores, o valor da DIÁRIA será fixada pela **TABELA II** anexa.

ARTIGO 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CAMBARÁ (PR.), aos 19 de maio de 1.977.


SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

FL. Nº. 3

PORTE INTEGRANTE DO
PROJETO DE LEI Nº. 016/77

TABELA I

(Para à CAPITAL DO ESTADO ou CIDADES de distância equivalente)

<u>CARGOS</u>	<u>DIÁRIAS</u>
Funcionários.....Cr\$...	250,00
Chefes de Secção.....Cr\$...	300,00
Chefe de Gabinete.....Cr\$...	400,00
Prefeito e Vice-Prefeito.....Cr\$...	700,00

TABELA II

(Para cidades de distâncias inferiores a da Capital do Estado)

<u>CARGOS</u>	<u>DIÁRIAS</u>
Funcionários.....Cr\$...	200,00
Chefes de secção.....Cr\$...	250,00
Chefe de gabinete.....Cr\$...	300,00
Prefeito e Vice-Prefeito.....Cr\$...	350,00

TABELA III

Para cada quilômetro de viagem ou fração.....Cr\$... 0,50
Por dia de permanência fora do Município.....Cr\$... 40,00


SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

TL/





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

J U S T I F I C A T I V A


Senhor Presidente:

Em anexo, estamos passando às mãos de Vossa Excelência e demais Edís dessa nobre Casa, o Projeto de Lei nº. 016/77, que tem por finalidade fixar o sistema de "DIÁRIAS" para indenização de despesas de alimentação e pousadas para o Chefe do Poder Executivo Municipal e para os funcionários públicos municipais, que deslocarem do Município à serviço de interesse da Municipalidade.

Senhor Presidente e Senhores Edís, com este sistema de "DIÁRIAS" para a indenização de despesas com alimentação e pousadas de funcionários públicos, quando em deslocamento fora do município à serviço da Municipalidade, é uma forma que julgamos correta, porque vem de maneira satisfatória atender as necessidades dos serviços públicos municipais, e ainda, evitar abusos com referência a gastos excessivos.

Senhor Presidente e Senhores Edís, diante das exposições acima citadas, achamos de justiça a aprovação do presente Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal da cidade de Cambará, Estado do Paraná, em 19 de maio de 1.977.


- Sebastião Pereira da Silva -
= PREFEITO MUNICIPAL =





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

Projeto de lei n.º 16/77

CÂMARA MUNICIPAL
Encaminha-se a Ordem do dia de
próxima sessão.
em 13 de Junho de 1977
PRESIDENTE
SECRETÁRIO

Súmula:

Fixa o sistema de Diárias para indenização de Despesas de Alimentação e Pousada para o Chefe do Poder Executivo e para os Funcionários Públicos que se deslocarem do município a serviço de interesse da municipalidade e dá outras providências.

Relator: Vereador EURICO DE AIMEIDA

Parecer: Após exaustivas pesquisas, esta Comissão não conseguiu encontrar apoio legal para este projeto de lei.

Além disso, numa análise do texto do projeto constatamos que o mesmo poderá oferecer precedentes perigosos, pois propiciará não só a esta Administração, como as Administrações futuras abusos nas despesas, porque a sua comprovação não irá obedecer aos critérios tradicionais, que são as notas de despesas de viagens -principalmente de hotéis- que realmente atestam a efetivação da viagem.

Além do mais, a discriminação social é gritante, pois os critérios adotados para a aplicação da tabela de Diárias atesta ostensivamente esta nossa afirmativa, senão vejamos: há diárias de Cr\$250,00, Cr\$300,00, Cr\$400,00 e Cr\$700,00, o que equivale dizer: um simples funcionário, mesmo a serviço de interesses da municipalidade que se deslocar a Curitiba deverá dormir em uma pensão, pois a sua diária é de Cr\$250,00, um Chefe de Seção deverá dormir em um hotel de 2ª categoria, um Chefe de Gabinete, num hotel melhor, e o sr. Prefeito e Vice-prefeito, num hotel de categoria luxo.

Afora isso, estando, ainda, a atual administração utilizando de um governo de austeridade, este projeto vira ferir frontalmente as metas administrativas.

Isto posto, somos ~~Comissão de Justiça e Redação~~ de parecer pela rejeição do presente Projeto de Lei, por ser totalmente ilegal e ilógico.

Sala das Comissões, 10 de junho de 1977

Salim Lottan



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

Projeto de lei n.º 16/77.

Súmula: Fixa o sistema de diária para indenização pela despesa de alimentação e pousada para o Chefe do Poder Executivo Municipal e para os funcionários públicos que se deslocarem do município à serviço de interesse da municipalidade e dá outras providências.-

Relator: Vereador Luiz Dariva.

Parecer: NOSSO PARECER É DE QUE SE APROVE O PRESENTE PROJETO DE LEI Nº. 16/77.-

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Cambará, Estado do Paraná, em 24-6-1977

Comissão de Finanças e Orçamento

Moacir Betini

Luiz Dariva

Alvaro Martinho Mischiatti